

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
 Av. Eng.º Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável
RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade
 Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjō

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

A absolvição do Senado

O comportamento do Senado na sessão em que o ministro Eliseu Resende se defendeu das acusações de favorecimento à empresa Odebrecht é uma demonstração cabal de que a degradação dos costumes político-administrativos brasileiros jamais será atalhada por uma iniciativa espontânea do Congresso Nacional, desencadeada pela indignação moral da maioria dos seus membros.

Pela simples razão de que a esmagadora maioria dos nossos parlamentares e dos nossos políticos, em geral, não sente aquele tipo de indignação a não ser quando percebem que se indignar diante de uma denúncia de prática de corrupção é útil para suas carreiras profissionais, ou até um imperativo de sobrevivência política. Como aconteceu, no caso exemplar da CPI do PC Faria, quando a quase totalidade dos membros do Congresso Nacional sentiram que se não votassem pelo **impeachment** do presidente Collor estariam com suas carreiras encerradas.

Não estamos, aqui, querendo dizer que a condenação do ex-presidente foi injusta, nem tampouco pretendemos comparar este primeiro caso de corrupção denunciada, no governo Itamar, com a corrupção apurada, e punida, do governo Collor.

O que estamos afirmando, sem medo de cometer injustiça, é que se não fosse o interesse político, principalmente do PT de Lula da Silva, em fulminar o ex-presidente, certamente o sr. Fernando Collor não teria tido maiores dificuldades em safar-se aiosamente da CPI que começou apenas para apurar as falcaturas de PC Farias.

Já os senadores que ouviram — a maioria durante alguns minutos apenas, desinteressando-se depois — as explicações do ministro Eliseu Resende não tinham qualquer motivo político para criar maiores dificuldades, nem para ele nem para o governo de que faz parte, pela simples razão de que

nem o ministro e nem o governo Itamar têm peso político específico, não tendo qualquer possibilidade de interferir de maneira alguma com seus projetos político-eleitorais.

Por isso, 15 minutos depois que o ministro da Fazenda começou a falar, 46 senadores levantaram-se de suas cadeiras e foram conversar com os jornalistas, enquanto apenas dois senadores se davam ao trabalho de interrogá-lo: Eduardo Suplicy e Mário Covas, que agiram mais como advogados do diabo para favorecer a absolvição do acusado do que como verdadeiros inquisidores, preocupados com a defesa da doutrina da fé ética.

A verdade é que Eliseu Resende não convenceu ninguém, a não ser quem tinha interesse em ser convencido com suas explicações. Seu pecado original, o de não ter tido a precaução de eximir-se de qualquer participação numa decisão que envolvia o interesse de uma empresa para a qual trabalhou durante oito anos, continua maculando indelevelmente sua folha corrida de homem público.

Produto típico da promiscuidade despuerada entre o setor público e a empresa privada que caracteriza a vida político-administrativa nacional, é provável que ele não se sinta culpado de nada.

Mas sua permanência no governo, nas atuais circunstâncias, como dizíamos em editorial da última quarta-feira, é um risco maior do que seria a sua substituição, ainda que a quarta, em apenas sete meses.

O motivo principal da confiança que inspirou entre os agentes econômicos, quando foi nomeado, era a sua conhecida ascendência sobre o trêfego presidente Itamar. De hoje em diante, essa ascendência deixa de existir. O condutor da política econômica volta a ser o autor da resposta a Lula da Silva.